

MÍSTICA E MARXISMO

Prof. Dr. Rafael Rossi¹

Sabe-se que uma das matrizes filosóficas da educação do campo é a teologia da libertação. Nesse sentido, uma prática muito comum em movimentos sociais é a realização de místicas. A mística se relaciona ao “oculto”, ao transcendental e, por isso mesmo, possui um caráter fortemente marcado pela religiosidade em seu sentido mais amplo e não diretamente ligado a uma determinada religião em específico. Assim sendo, não temos por objetivo com esta breve reflexão atacar os posicionamentos religiosos presentes entre os trabalhadores.

Com o marxismo, a história humana pode ser explicada e compreendida sem a necessidade de recorrer à transcendentalismo de tipo nenhum e, do ponto de vista da luta dos trabalhadores, a própria construção do socialismo e do comunismo devem ser os grandes objetivos daqueles preocupados com a revolução da totalidade desta forma de sociabilidade.

Isto não quer dizer que praticamente a aliança entre religiosos e marxistas não possa ser feita, todavia é preciso insistir que a mística deve ser restrita a movimentos sociais e outros espaços próprios e não ser imposta em ambientes de educação formal estatal como universidades e escolas públicas.

Para explicitar esta tese, temos de compreender a *origem, a natureza e a função social* que a mística desempenha. Não é preciso muito escrever para percebermos a origem da mística relacionada à religiosidade, em seu sentido mais amplo, isto é, no sentido de buscar explicações mágicas, não científicas, transcendentais para questões reais e concretas. Em síntese, “a religiosidade é uma dimensão da realidade social que tem sua origem mais profunda na relação que os homens estabelecem entre si no processo de transformação da natureza”: o trabalho, e, com isso, “são as

¹ Docente na Faculdade de Educação na UFMS em Campo Grande – MS. E-mail: rafaelrossi6789@hotmail.com Site: rafaelrossisite.wordpress.com

necessidades, diretas ou indiretas, geradas a partir do trabalho, que se constituem em fundamento da construção de um mundo transcendente” (TONET, 2016, p. 62-63).

Nas palavras de Bogo: “mística é o termo compreendido no estudo das religiões como adjetivo de mistério, assimilado por meio da experiência da própria vivência espiritual” (BOGO, 2012, p. 475). No âmbito dos movimentos populares, a mística é compreendida:

[...] como expressões da cultura, da arte e dos valores como parte constitutiva da experiência edificada na luta pela transformação da realidade social, indo em direção ao topos, a parte realizável da utopia [...] A mística está no sujeito como o calor está no corpo proporcionando-lhe vitalidade e satisfação. (BOGO, 2012, p. 476)

Ou seja: a mística, pela defesa da valorização do transcendental e do “oculto”, do “mistério”, apresenta um caráter, uma natureza, profundamente baseada na religiosidade, quer dizer, no fato de buscar força e “energia” naquilo que não se conhece e é, justamente por isso mesmo, compreendido enquanto “ser magistral”, “ser maior”, “espiritualidade”, “Deus”, “cosmos”, “energia cósmica” etc. Como nos explica Tonet (2016), “o elemento essencial da religiosidade é, pois, a fé” e “diferentemente da ciência, que busca explicações lógicas e procura amparar-se em fatos, a fé, mesmo fazendo recurso a argumentos lógicos, pretende, em última instância, situar-se para além da racionalidade e de fatos empíricos”.

A fé admite “a existência de um sentido que ultrapassa a capacidade humana de entendimento” e, também, admite “a existência de entidades e poderes capazes de superar as leis da natureza” (TONET, 2016, p. 64). A função social, com efeito, que a prática da mística confere aos militantes é a de consolo, um consolo e uma resignação perante a luta que os trabalhadores e os movimentos sociais enfrentam em suas mais variadas e heterogêneas reivindicações. Por outro lado, a mística possui a possibilidade em contribuir no engajamento dos trabalhadores para a luta socialista. Trata-se, contudo, de um “consolo ideológico que supera a miséria terrena por meio de um paraíso espiritual” (LESSA, 2012, p. 07) e, assim:

Os misticismos, as novas religiões e seitas, a magia e mesmo a feitiçaria, voltam ao nosso cotidiano como um consolo de que as pessoas precisam para suportar o peso que é viver atualmente sob o sistema do capital. A situação histórica jamais demandou com tal urgência uma ação coletiva – e os indivíduos nunca foram tão incapazes de realizá-la (LESSA, 2012, p. 79)

A crítica de Tonet (2016) e Lessa (2012) é certa: frente a uma sociabilidade que dificulta a compreensão da realidade social como obra e ação dos próprios homens, frente uma crise estrutural deste sistema social, frente às alienações mais perversas e drásticas que já vivenciamos,

enfim, perante toda esta dinâmica material, muitos indivíduos buscam uma “saída”, um consolo e uma “resposta” na religiosidade, no misticismo e até na feitiçaria. O sucesso de venda dos livros de autoajuda, como bem lembra Lessa, é expressivo nos dias atuais.

A crise estrutural que vivenciamos de acordo com Mészáros atinge todas as escalas e dimensões da vida humana. A religiosidade é a expressão da alienação na compreensão dos fenômenos sociais. Prega-se a defesa da solidariedade, mas não se compreende, na religiosidade, que as possibilidades reais e concretas que a atual sociabilidade coloca não comporta uma solidariedade universal entre as pessoas. As lutas de classes entre burguesia e proletariado impedem a manifestação real e efetiva de laços solidários: o avanço das classes dominantes é o retrocesso e a subordinação da classe dos trabalhadores e, do mesmo modo, o avanço dos interesses reais dos trabalhadores implica na destruição das classes dominantes e de todo o fundamento da exploração do trabalho.

Dessa maneira, discordamos radicalmente do posicionamento de Bogo (2012) ao afirmar que a mística está no “sujeito como o calor está no corpo”. A mística, enquanto prática essencialmente marcada pela religiosidade, certamente há muito tempo acompanha os militantes e os homens, de modo geral, mas não é um atributo genético, determinado biologicamente.

É inegável que a **religiosidade** existe em todos os povos. No entanto, **suas manifestações documentadas cobrem apenas uma pequena parte da história da humanidade**. Deste modo, **não se pode**, mantendo o rigor, **afirmar que ela sempre existiu e que, portanto, caracteriza essencialmente ser humano**. Além disso, também se pode constatar que há uma enorme variedade de conteúdos típicos da religiosidade, isto é, das explicações acerca da origem do universo natural, do ser humano, do sentido e do destino da vida humana. Cada povo, cada cultura considera a sua explicação verdadeira. **Impossível decidir se alguma é mais verdadeira do que qualquer outra**. Para cada povo, na verdade, o que importa não é o seu grau de verdade, mas a sua funcionalidade em relação à vida daquele povo (TONET, 2016, p. 62, grifos nossos)

Para o marxismo não há a necessidade de buscar “forças” em nada de transcendente, místico, mágico, religioso, fantasioso ou utópico. É sintomático perceber que durante toda a sua vida, Marx e Engels se engajaram no enfrentamento e na crítica aos socialistas utópicos que não compreendiam o funcionamento desta forma de sociabilidade burguesa e, por isso mesmo, intentavam o impossível, colocavam suas ideias acima do que as possibilidades objetivas permitem e, dessa forma, defendiam práticas utópicas, isto é: idealistas. Dizemos que este quadro é sintomático, pois muitos intelectuais da educação do campo e da teologia da libertação tentam um “casamento” entre marxismo e religiosidade e, com isso, defendem abertamente a busca por uma

nova utopia, o resgate do pensamento utópico, enfim, defendem algo que, em nosso entendimento, se distancia largamente da teoria social marxiana.

É um fato, entretanto, que muitos militantes, por meio da mística, passam a se engajar nas lutas sociais. Este é o caráter positivo da mística. Não estamos atacando esta prática de cunho religioso por si só. Estamos chamando a atenção para o fato de que, teoricamente, a prática da mística é incompatível com o marxismo, mas, no que diz respeito ao aspecto prático, no âmbito das lutas sociais, a mística pode desenvolver nos participantes um caráter de pertencimento àquela determinada reivindicação.

A luta dos trabalhadores, na perspectiva marxista, deve se basear num conhecimento científico da própria realidade social em sua processualidade histórica enquanto obra da ação dos próprios homens, mesmo que eles não tenham consciência disto. Aliás, o marxismo não tem problema algum em lidar com novas descobertas científicas e rever seus próprios argumentos. Os únicos que ignoram os avanços da ciência são os dogmáticos e os marxistas vulgares.

Para compreender a gênese do ser social, por exemplo, é de extrema importância recorrer às pesquisas da antropologia e isto, por sua vez, não fere nenhum “princípio” marxista. Ao contrário, é extremamente salutar e benéfico que os militantes socialistas possam aprender com os resultados dos vários campos da ciência. Contudo, trata-se, sempre, de uma perspectiva essencialmente materialista, que entende o desenvolvimento do ser social enquanto o desenvolvimento e evolução da própria matéria, não tendo espaço, portanto, para nenhum ser supremo que esteja regendo todo o processo histórico. Lukács possui uma reflexão importante neste aspecto:

Quem trabalha deseja necessariamente **o sucesso da sua atividade**. No entanto, **ele só pode obtê-lo quando**, tanto na posição do fim quanto na escolha dos meios, **está permanentemente voltado para capturar o objetivo ser-em-si de tudo aquilo que se relaciona com o trabalho** e quando relaciona-se com ele (com os fins e seus meios) de maneira adequada ao seu ser-em-si. Nele não temos apenas a intenção de atingir um reflexo objetivo, mas **também o empenho em eliminar tudo o que seja meramente instintivo, sentimental, etc, e que poderia atrapalhar a visão objetiva**. Com isso se produz, precisamente, a **prioridade do consciente sobre o instintivo, do cognitivo sobre o meramente emotivo**. Isto naturalmente não significa que o trabalho do homem primitivo, quando surgiu, tenha se desenvolvido sob as formas de uma consciência idêntica à atual. As formas de consciência em questão são, certamente, tão diferentes das atuais que sequer estamos em condições de reconstruí-las. Não obstante, uma das condições objetivas do trabalho, de acordo com o ser, como já mostramos, é que **apenas um reflexo correto da realidade, tal como ela existe em si, independentemente da consciência, pode consumir a realização das causalidades naturais heterogêneas e indiferentes com respeito à posição da finalidade; pode converter tais causalidades em causalidades postas a serviço da posição teleológica**. (LUKÁCS, 1981, p. 42, grifos nossos)

Este trecho de Lukács está presente no capítulo “*O Trabalho*” do volume II de sua obra “*Para uma Ontologia do Ser Social*”. Neste trecho, e no capítulo como um todo, temos aspectos importantíssimos a respeito da necessidade de um conhecimento “objetivo” sobre a realidade para efetivar os atos de trabalho e, também, para constituir a gênese histórico-ontológica do complexo da ciência. Em primeiro lugar, o pensador húngaro afirma que o sucesso para atingir o fim pretendido, no trabalho, só pode ser atingido se o conhecimento “está permanentemente voltado para capturar o objeto ser-em-si”, o que significa que o projeto que está na subjetividade de quem trabalha só irá ser objetivado se houver um conhecimento, que capture o próprio movimento da realidade objetiva e o transponha para o pensamento. Para construir uma lança com intuito de abater um determinado animal, por exemplo, eu e os demais envolvidos, temos de conhecer a madeira que ali está presente, os hábitos do animal em questão, seu comportamento etc. e isso, deste modo, dará origem a um conhecimento objetivo que nos possibilite atingir a finalidade previamente idealizada.

Justamente em decorrência desta necessidade está, em segundo lugar, a relevância e o empenho em “eliminar tudo o que seja meramente instintivo, sentimental, etc., e que poderia atrapalhar a visão objetiva”, exprimindo, dessa forma, “a prioridade do consciente sobre o instintivo, do cognitivo sobre o meramente emotivo”. Se, ainda no exemplo da confecção da lança, deixarmos que nosso “instinto” ou nossa “consciência” atrapalhe a “visão objetiva”, não conseguiremos abater o animal e, com isso, não saciaremos a fome de toda a tribo.

Imaginem vocês se, ao invés de utilizar uma madeira resistente, confeccionarmos a lança com um graveto leve, pois nossa vontade era a de criar uma lança que não fosse pesada para carregar. O que provavelmente aconteceria? A lança se quebraria ao entrar em contato com o corpo do animal e isso em razão do fato de termos colocado nossa vontade, nosso desejo acima do conhecimento objetivo da realidade. É isto que permite Lukács afirmar que somente um “reflexo correto da realidade”, tal como ela é em si mesma, e que seja independente da consciência, pode, de fato, consumir a objetivação da teleologia e o surgimento de uma causalidade posta “a serviço da posição teleológica”.

Não é por um acaso qualquer que a teoria, para Marx, seja “a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa”. Por meio da teoria “o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” e esta reprodução “será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto” (NETTO, 2009, p. 776).

Concordamos com Tonet (2016), perante tudo que temos traçados neste escrito, que:

[...] toda religiosidade é sempre, por sua natureza, em última instância, uma forma de alienação. Recordemos: alienação é um processo social, certamente não intencional, através do qual, determinados poderes, próprios de seres humanos, são atribuídos a coisas ou entidades não humanas (TONET, 2016, p. 82)

A crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002) que a humanidade vivencia desde a década de 1970 aproximadamente, atinge todas as dimensões da vida social em todos os países e territórios, ainda que com manifestações diferentes. É compreensível, porém não justificável, “a intensificação da busca por soluções para além desse mundo”, contudo, nem “o apelo a forças extramundanas”, nem “as tentativas de salvar o mundo através da defesa dos ‘verdadeiros’ valores” possuem qualquer possibilidade “de sucesso no enfrentamento dessa decadência”. A luta revolucionária é, portanto, “a única saída positiva para a humanidade” (TONET, 2016, p. 144).

Em suma: a mística possui um aspecto negativo quando é imposta como prática a ser realizada em ambientes estatais como universidades e escolas públicas e, ainda, por se basear numa concepção religiosa e transcendental de história e de sociedade. O aspecto positivo, por outro lado, está na potencialidade que possui em “despertar” nos trabalhadores a luta revolucionária rumo à superação do capital.

Concordamos com Tonet (2016) ao ponderar que, do ponto de vista prático nas lutas sociais, é possível a aliança entre religiosos (que praticam a mística) e revolucionários rumo à emancipação humana. Todavia, é preciso, em primeiro lugar, como já argumentamos, que se conheça a realidade objetiva para poder transformá-la, ou seja, para poder revolucioná-la. Um conhecimento científico é uma condição indispensável tanto para ateus quanto para religiosos. Em segundo lugar, há a necessidade de um consenso quanto ao objetivo final da luta, isto é, todos precisam ter claro que se trata, na perspectiva revolucionária, de destruir o Estado, as classes sociais, a propriedade privada e a totalidade do capital. Dessa forma, “o que deve ser combatido é o casamento entre religião e propriedade privada, a concepção idealista da história e todo apelo a poderes extramundanos para a solução dos problemas da humanidade” (TONET, 2016, p. 147).

A teoria social instaurada por Marx (em colaboração com Engels) possui como núcleo mais íntimo investigar os problemas sociais a partir de suas raízes, de suas causas, de suas origens histórico-ontológicas e da função que desempenham no processo de reprodução social. Há, nessa perspectiva ontológica marxiana a defesa do ser humano em sua integralidade e contra toda e qualquer forma de sua alienação ou deformação. Justamente em decorrência desta concepção de mundo, fundamentada em bases científicas, é que há a possibilidade de defender a necessidade da revolução total desta forma de sociabilidade rumo ao comunismo, para que o ser humano possa enfim explicitar todas as suas potencialidades, a sua “omnilateralidade”. Todavia, precisamos compreender que essa defesa passa “pela sustentação” de que o ser humano é “o único autor da sua história e de que uma vida autenticamente humana no grau mais elevado possível exige a superação de todas as formas da alienação, inclusive da alienação religiosa” (TONET, 2016, p. 145). Isso não

implica em nenhum desrespeito aos religiosos, apenas defende a necessidade de uma compreensão objetiva e não transcendental da história humana e desta forma de sociedade.

Referências:

BOGO, A. Mística. In: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

LESSA, S. **Abaixo a família monogâmica!** São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, G. II Trabalho. In: **Per una Ontologia dell'essere sociale**. Roma: Riuniti, 1981, p. 11-131. (Tradução Mimeo.de Ivo Tonet, 145p.)

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. In: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS; Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília – DF, 2009.

TONET, I. **Marxismo, Religiosidade e Emancipação Humana**. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.